

## **A multifuncionalidade da agricultura**

Jessica Gimenes Tâmbalo, Maria Gabriela Zuttion

Com contribuições dos grupos e do professor

A noção de multifuncionalidade da agricultura nasce no debate sobre o desenvolvimento sustentável, tendo sido incorporada nas diretrizes de muitas organizações internacionais. Por exemplo, a FAO considera as múltiplas funções da agricultura com vistas a definir políticas de desenvolvimento que assegurem a sustentabilidade da agricultura e do desenvolvimento rural no longo prazo. Neste sentido, propõe notadamente sistemas integrados de atividades agrícolas e não agrícolas (MALUF, 2002).

Igualmente, a OCDE considera que, além da sua função primária de ofertar alimentos e fibras, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, promover benefícios ambientais tais como a conservação do solo, o manejo sustentável dos recursos ambientais e a preservação da biodiversidade e contribuir a viabilidade de muitas áreas rurais.

A adoção de políticas favoráveis à multifuncionalidade por alguns países leva em conta as externalidades positivas da agricultura. A questão passa ser elevar o grau de estímulo para a realização dessas externalidades por meio de ações que permitam modificações das formas de cultivo e tecnologias adotadas.

No caso europeu, a concepção da multifuncionalidade é resultado de dois movimentos:

- Crítica ao modelo agrícola produtivista: em 1999, a Europa passou por uma nova reforma da política agrícola comum, com modificações nos fundos estruturais para políticas regionais. Assim, a política agrícola europeia passa a se orientar por uma concepção mais social e menos produtivista e exportadora, sustentada pela noção de multifuncionalidade da agricultura.
- Desejo de harmonizar as legislações agrícolas e o desenvolvimento rural de vários países.

Convém salientar aqui que, ao buscar adaptar às prestações de serviços da agricultura a novas demandas sociais, é concebido um instrumento contratual na França: o CTE (Contrato territorial de exploração). Efetivamente, as elaborações em torno da multifuncionalidade agrícola são fortemente influenciadas pelo pensamento francês. Efetivamente, o caso mais desenvolvido de políticas públicas orientadas pela ideia de multifuncionalidade da agricultura é o francês. No início dos anos 2000, a concepção do CTE pretendeu refundar o contrato social entre os agricultores e as exigências da sociedade, com base num processo negociado entre agricultores e o Estado.

Quanto à emergência desta noção no Brasil, convém lembrar que o debate sobre as funções da agricultura era muito associado ao desenvolvimento econômico industrial. Ou seja,

defendia-se notadamente uma crescente produção de alimentos e matérias primas agrícolas a baixo preço, a liberação de mão de obra rural para atividades urbano-industriais e a maior integração da agricultura com a indústria. Esta visão legitimava a agricultura produtivista em larga escala, acentuando a concentração de renda e a desigualdade social. Exemplo desta concepção favorável a um papel da agricultura subordinado ao desenvolvimento urbano-industrial, Bacha (2012) considera cinco funções importantes da agricultura: fornecer alimentos para a população total; fornecer capital para a expansão do setor não agrícola; fornecer mão de obra para o crescimento e diversificação de atividades na econômica; fornecer divisas para a compra de insumos e bens de capitais necessários ao desenvolvimento de atividades econômicas; constituir-se em mercado consumidor para os produtos do setor não agrícola. Além destas funções, é possível integrar aquela de fornecimento de matéria prima para o desenvolvimento industrial.

Nos anos 2000, o debate sobre as funções da agricultura passa a considerar outras dimensões. Assim, a noção de multifuncionalidade da agricultura permite valorizar as peculiaridades das atividades agrícolas e do meio rural, tomando em conta suas outras contribuições, além da produção de bens privados. Ou seja, a multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura, destacando seu papel de produtora de bens públicos<sup>1</sup>.

Neste debate, a ideia de agregar valor à matéria-prima agrícola, pelos próprios agricultores familiares, ganha terreno, o que contribui com o reconhecimento de outros papéis da atividade agrícola. Por outro lado, nas regiões onde existem conflitos entre agricultura e preservação ambiental, os desafios para o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura são maiores. Renato Maluf considera ainda outros fatores que influem negativamente o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura no Brasil, em particular às restrições ao acesso à terra e a carência de direitos trabalhistas, previdenciários e fiscais dos agricultores familiares, o que constitui clara injustiça social.

Esses fatores marginalizam, portanto, a agricultura familiar, cuja participação na realização das múltiplas funções da atividade agrícola é essencial. Esta marginalização é reforçada pelo entendimento que a agricultura profissional é aquela associada exclusivamente à atividade agrícola produtivista.

O reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura permite em princípio valorizar a agricultura familiar, estabelecendo uma ponte entre a atividade agrícola e o território. Trata-se então de levar em conta a articulação da agricultura com o desenvolvimento local, notadamente considerando seu papel na manutenção de empregos na zona rural.

---

<sup>1</sup> A difusão da noção de multifuncionalidade da agricultura no Brasil ocorreu em grande medida graças a uma pesquisa franco-brasileira sobre o tema. Nesta investigação, três níveis de análise foram considerados: agricultores, território e sociedade. Nesses estudos, a agricultura familiar é analisada como unidade social, não apenas unidade produtiva, situada em território com determinadas características socioeconômicas, culturais e ambientais. A diversidade da agricultura familiar brasileira é profundamente tomada em consideração nesta perspectiva de análise.

BACHA, Carlos José Caetano (2012), *Economia e política agrícola no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Atlas.

MALUF, Renato (2002), “O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa”. In *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq e Paralelo 15, pp. 301-328.